

CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

.....

TÍTULO VI
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

.....

CAPÍTULO II
DAS FINANÇAS PÚBLICAS

.....

Seção II
Dos Orçamentos

.....

Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º. [\(Artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: [\(Parágrafo único transformado em § 1º com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

§ 2º Decorrido o prazo estabelecido na lei complementar referida neste artigo para a adaptação aos parâmetros ali previstos, serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não observarem os referidos limites. [\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no *caput*, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II - exoneração dos servidores não estáveis. [\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal. [\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

§ 5º O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço. [\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

§ 6º O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos. [\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

§ 7º Lei federal disporá sobre as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4º. [\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

.....
.....

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

.....

CAPÍTULO II
DO PLANEJAMENTO

.....

Seção IV
Da Execução Orçamentária e do Cumprimento das Metas

Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea *c* do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

Art. 10. A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

.....
.....

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (Med. Liminar) - 2238

Origem: **DISTRITO FEDERAL** Entrada no STF: **04/07/2000**

Relator: **MINISTRO CARLOS BRITTO** Distribuído: **20000801**

Partes: **Requerente: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC do B PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB**

Requerido :PRESIDENTE DA REPÚBLICA CONGRESSO NACIONAL

Dispositivo Legal Questionado

Lei Complementar nº 101 , de 04 de maio de 2000 e inciso 0II , do art. 003 ° e do artigo 004 ° da Medida Provisória nº 1980 - 18 , de 04 de maio de 2000 .

Lei Complementar nº 101 , de 04 de maio de 2000 .

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências .

Art. 001 ° - Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal , com amparo no Capítulo 0II do Título 0VI da Constituição .

§ 001 ° - A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente , em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas , mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita , geração de despesas com pessoal , da seguridade social e outras , dívidas consolidada e mobiliária , operações de crédito , inclusive por antecipação de receita , concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar .

§ 002 ° - As disposições desta Lei Complementar obrigam a União , os Estados , o Distrito Federal e os Municípios .

§ 003 ° - Nas referências:

00I - à União , aos Estados , ao Distrito Federal e aos Municípios , estão compreendidos :

a) o Poder Executivo , o Poder Legislativo , neste abrangidos os Tribunais de Contas , o Poder Judiciário e o Ministério Público ;

b) as respectivas administrações diretas , fundos , autarquias , fundações e empresas estatais dependentes;

0II - a Estados entende-se considerado o Distrito Federal ;

III - a Tribunais de Contas estão incluídos : Tribunal de Contas da União , Tribunal de Contas do Estado e , quando houver , Tribunal de Contas dos Municípios e Tribunal de Contas do Município .

Art. 002 ° - Para os efeitos desta Lei Complementar , entende-se como :

00I - ente da Federação: a União , cada Estado , o Distrito Federal e cada Município;

0II - empresa controlada: sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença , direta ou indiretamente , a ente da Federação ;

III - empresa estatal dependente : empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital , excluídos, no último caso , aqueles provenientes de aumento de participação acionária ;

0IV - receita corrente líquida : somatório das receitas tributárias , de contribuições , patrimoniais , industriais , agropecuárias , de serviços , transferências correntes e outras receitas também correntes , deduzidos :

a) na União , os valores transferidos aos Estados e Municípios

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

por determinação constitucional ou legal , e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso 00I e no inciso 0II do art. 195 , e no art. 239 da Constituição ;

b) nos Estados , as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional ;

c) na União , nos Estados e nos Municípios , a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 009 ° do art. 201 da Constituição .

§ 001 ° - Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar no 087 , de 13 de setembro de 1996 , e do fundo previsto pelo art. 060 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias .

§ 002 ° - Não serão considerados na receita corrente líquida do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e de Roraima os recursos recebidos da União para atendimento das despesas de que trata o inciso 00V do § 001 ° do art. 019 .

§ 003 ° - A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores , excluídas as duplicidades .

Art. 003 ° - (VETADO)

Art. 004 ° - A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 002 ° do art. 165 da Constituição e :

00I - disporá também sobre :

a) equilíbrio entre receitas e despesas ;

b) critérios e forma de limitação de empenho , a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso 0II deste artigo , no art. 009 ° e no inciso 0II do § 001 ° do art. 031 ;

c) (VETADO)

d) (VETADO)

e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos ;

f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas ;

0II - (VETADO)

0III - (VETADO)

§ 001 ° - Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais , em que serão estabelecidas metas anuais , em valores correntes e constantes , relativas a receitas , despesas , resultados nominal e primário e montante da dívida pública , para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes .

§ 002 ° - O Anexo conterá , ainda:

00I - avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior ;

0II - demonstrativo das metas anuais , instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos , comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores , e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional ;

0III - evolução do patrimônio líquido , também nos últimos três exercícios , destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

0IV - avaliação da situação financeira e atuarial :

a) dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador ;

b) dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial ;

00V - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado .

§ 003 ° - A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais , onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas , informando as providências a serem tomadas , caso se concretizem .

§ 004 ° - A mensagem que encaminhar o projeto da União

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

apresentará , em anexo específico , os objetivos das políticas monetária , creditícia e cambial , bem como os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis , e ainda as metas de inflação , para o exercício subsequente .

Art. 005 ° - O projeto de lei orçamentária anual , elaborado de forma compatível com o plano plurianual , com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar :

00I - conterà , em anexo , demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 001 ° do art. 004 ° ;

00II - será acompanhado do documento a que se refere o § 006 ° do art. 165 da Constituição , bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado ;

00III - conterà reserva de contingência , cuja forma de utilização e montante , definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias , destinada ao:

a) (VETADO) .

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos .

§ 001 ° - Todas as despesas relativas à dívida pública , mobiliária ou contratual , e as receitas que as atenderão , constarão da lei orçamentária anual .

§ 002 ° - O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional .

§ 003 ° - A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias , ou em legislação específica .

§ 004 ° - É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada .

§ 005 ° - A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão , conforme disposto no § 001 ° do art. 167 da Constituição .

§ 006 ° - Integrarão as despesas da União , e serão incluídas na lei orçamentária , as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais , custeio administrativo , inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores , e a investimentos .

§ 007 ° - (VETADO) .

Art. 006 ° - (VETADO) .

Art. 007 ° - O resultado do Banco Central do Brasil , apurado após a constituição ou reversão de reservas , constitui receita do Tesouro Nacional , e será transferido até o décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais .

§ 001 ° - O resultado negativo constituirá obrigação do Tesouro para com o Banco Central do Brasil e será consignado em dotação específica no orçamento .

§ 002 ° - O impacto e o custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil serão demonstrados trimestralmente , nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias da União .

§ 003 ° - Os balanços trimestrais do Banco Central do Brasil conterão notas explicativas sobre os custos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional e da manutenção das reservas cambiais e a rentabilidade de sua carteira de títulos , destacando os de emissão da União .

Art. 008 ° - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos , nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso 00I do art. 004 ° , o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso .

Parágrafo único - Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

sua vinculação , ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso .

Art. 009 ° - Se verificado , ao final de um bimestre , que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão , por ato próprio e nos montantes necessários , nos trinta dias subseqüentes , limitação de empenho e movimentação financeira , segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias .

§ 001 ° - No caso de restabelecimento da receita prevista , ainda que parcial , a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas .

§ 002 ° - Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente , inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida , e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias .

§ 003 ° - No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no caput , é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias .

§ 004 ° - Até o final dos meses de maio , setembro e fevereiro , o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre , em audiência pública na comissão referida no § 001 ° do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais .

§ 005 ° - No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre , o Banco Central do Brasil apresentará , em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional , avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária , creditícia e cambial , evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços .

Art. 010 - A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais , por meio de sistema de contabilidade e administração financeira , para fins de observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição .

Art. 011 - Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição , previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação .

Parágrafo único - É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe o disposto no caput , no que se refere aos impostos .

Art. 012 - As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais , considerarão os efeitos das alterações na legislação , da variação do índice de preços , do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos , da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem , e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas .

§ 001 ° - Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal .

§ 002 ° - O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária .

§ 003 ° - O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público , no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias , os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subseqüente , inclusive da corrente líquida , e as respectivas memórias de cálculo .

Art. 013 - No prazo previsto no art. 008 °, as receitas previstas

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

serão desdobradas , pelo Poder Executivo , em metas bimestrais de arrecadação , com a especificação , em separado , quando cabível , das medidas de combate à evasão e à sonegação , da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa .

Art. 014 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes , atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

00I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária , na forma do art. 012 , e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias ;

00II - estar acompanhada de medidas de compensação , no período mencionado no caput , por meio do aumento de receita , proveniente da elevação de alíquotas , ampliação da base de cálculo , majoração ou criação de tributo ou contribuição .

§ 001 ° - A renúncia compreende anistia , remissão , subsídio , crédito presumido , concessão de isenção em caráter não geral , alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições , e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado .

§ 002 ° - Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso 00II , o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso .

§ 003 ° - O disposto neste artigo não se aplica :

00I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos 00I , 00II , 00IV e 00V do art. 153 da Constituição , na forma do seu § 001 ° ;

00II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança .

Art. 015 - Serão consideradas não autorizadas , irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 016 e 017 .

Art. 016 - A criação , expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de :

00I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes ;

00II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias .

§ 001 ° - Para os fins desta Lei Complementar , considera-se :

00I - adequada com a lei orçamentária anual , a despesa objeto de dotação específica e suficiente , ou que esteja abrangida por crédito genérico , de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie , realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho , não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício ;

00II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos , prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições .

§ 002 ° - A estimativa de que trata o inciso 00I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas .

§ 003 ° - Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante , nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias .

§ 004 ° - As normas do caput constituem condição prévia para :

00I - empenho e licitação de serviços , fornecimento de bens ou execução de obras ;

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

0II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 003 ° do art. 182 da Constituição .

Art. 017 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei , medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios .

§ 001 ° - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso 00I do art. 016 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio .

§ 002 ° - Para efeito do atendimento do § 001 ° , o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 001 ° do art. 004 ° , devendo seus efeitos financeiros , nos períodos seguintes , ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa .

§ 003 ° - Para efeito do § 002 ° , considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas , ampliação da base de cálculo , majoração ou criação de tributo ou contribuição .

§ 004 ° - A comprovação referida no § 002 ° , apresentada pelo proponente , conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias .

§ 005 ° - A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 002 ° , as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar .

§ 006 ° - O disposto no § 001 ° não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso 00X do art. 037 da Constituição .

§ 007 ° - Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado .

Art. 018 - Para os efeitos desta Lei Complementar , entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos , os inativos e os pensionistas , relativos a mandatos eletivos , cargos , funções ou empregos , civis , militares e de membros de Poder , com quaisquer espécies remuneratórias , tais como vencimentos e vantagens , fixas e variáveis , subsídios , proventos da aposentadoria , reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência .

§ 001 ° - Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal" .

§ 002 ° - A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores , adotando-se o regime de competência .

Art. 019 - Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição , a despesa total com pessoal , em cada período de apuração e em cada ente da Federação , não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida , a seguir discriminados :

00I - União : 050 % (cinquenta por cento) ;

00II - Estados : 060 % (sessenta por cento) ;

00III - Municípios : 060 % (sessenta por cento) .

§ 001 ° - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo , não serão computadas as despesas :

00I - de indenização por demissão de servidores ou empregados ;

00II - relativas a incentivos à demissão voluntária ;

00III - derivadas da aplicação do disposto no inciso 00II do § 006 ° do art. 057 da Constituição ;

00IV - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 002 ° do art. 018 ;

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

00V - com pessoal , do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e Roraima , custeadas com recursos transferidos pela União na forma dos incisos XIII e XIV do art. 021 da Constituição e do art. 031 da Emenda Constitucional no 019 ;

0VI - com inativos , ainda que por intermédio de fundo específico , custeadas por recursos provenientes :

a) da arrecadação de contribuições dos segurados ;

b) da compensação financeira de que trata o § 009 ° do art. 201 da Constituição ;

c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade , inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos , bem como seu superávit financeiro .

§ 002 ° - Observado o disposto no inciso 0IV do § 001 ° , as despesas com pessoal decorrentes de sentenças judiciais serão incluídas no limite do respectivo Poder ou órgão referido no art. 020.

Art. 020 - A repartição dos limites globais do art. 019 não poderá exceder os seguintes percentuais :

00I - na esfera federal :

a) 002 , 5 % (dois inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo , incluído o Tribunal de Contas da União ;

b) 006 % (seis por cento) para o Judiciário ;

c) 040 , 9 % (quarenta inteiros e nove décimos por cento) para o Executivo , destacando-se 003 % (três por cento) para as despesas com pessoal decorrentes do que dispõem os incisos XIII e XIV do art. 021 da Constituição e o art. 031 da Emenda Constitucional no 019 , repartidos de forma proporcional à média das despesas relativas a cada um destes dispositivos , em percentual da receita corrente líquida , verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar ;

d) 0 , 6 % (seis décimos por cento) para o Ministério Público da União ;

00II - na esfera estadual :

a) 003 % (três por cento) para o Legislativo , incluído o Tribunal de Contas do Estado ;

b) 006 % (seis por cento) para o Judiciário ;

c) 049 % (quarenta e nove por cento) para o Executivo ;

d) 002 % (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados ;

00III - na esfera municipal :

a) 006 % (seis por cento) para o Legislativo , incluído o Tribunal de Contas do Município , quando houver ;

b) 054 % (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo .

§ 001 ° - Nos Poderes Legislativo e Judiciário de cada esfera , os limites serão repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal , em percentual da receita corrente líquida , verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar .

§ 002 ° - Para efeito deste artigo entende-se como órgão :

00I - o Ministério Público ;

00II - no Poder Legislativo :

a) Federal , as respectivas Casas e o Tribunal de Contas da União ;

b) Estadual , a Assembléia Legislativa e os Tribunais de Contas ;

c) do Distrito Federal , a Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do Distrito Federal ;

d) Municipal , a Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas do Município , quando houver ;

00III - no Poder Judiciário :

a) Federal , os tribunais referidos no art. 092 da Constituição ;

b) Estadual , o Tribunal de Justiça e outros , quando houver .

§ 003 ° - Os limites para as despesas com pessoal do Poder Judiciário , a cargo da União por força do inciso XIII do art. 021 da Constituição , serão estabelecidos mediante aplicação da regra do § 001 °.

§ 004 ° - Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios , os percentuais definidos nas alíneas a e c do inciso 00II

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

do caput serão , respectivamente , acrescidos e reduzidos em 0 , 4 % (quatro décimos por cento) .

§ 005 ° - Para os fins previstos no art. 168 da Constituição , a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais definidos neste artigo , ou aqueles fixados na lei de diretrizes orçamentárias .

§ 006 ° - (VETADO) .

Art. 021 - É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda :

00I - as exigências dos arts. 016 e 017 desta Lei Complementar , e o disposto no inciso XIII do art. 037 e no § 001 ° do art. 169 da Constituição ;

00II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo .

Parágrafo único - Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 020 .

Art. 022 - A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 019 e 020 será realizada ao final de cada quadrimestre .

Parágrafo único - Se a despesa total com pessoal exceder a 095 % (noventa e cinco por cento) do limite , são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 020 que houver incorrido no excesso :

00I - concessão de vantagem , aumento , reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título , salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual , ressalvada a revisão prevista no inciso 00X do art. 037 da Constituição ;

00II - criação de cargo , emprego ou função ;

00III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa ;

00IV - provimento de cargo público , admissão ou contratação de pessoal a qualquer título , ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação , saúde e segurança ;

00V - contratação de hora extra , salvo no caso do disposto no inciso 00II do § 006 ° do art. 057 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias .

Art. 023 - Se a despesa total com pessoal , do Poder ou órgão referido no art. 020 , ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo , sem prejuízo das medidas previstas no art. 022 , o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes , sendo pelo menos um terço no primeiro , adotando-se , entre outras , as providências previstas nos §§ 003 ° e 004 ° do art. 169 da Constituição .

§ 001 ° - No caso do inciso 00I do § 003 ° do art. 169 da Constituição , o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos .

§ 002 ° - É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária .

§ 003 ° - Não alcançada a redução no prazo estabelecido , e enquanto perdurar o excesso , o ente não poderá :

00I - receber transferências voluntárias ;

00II - obter garantia , direta ou indireta , de outro ente ;

00III - contratar operações de crédito , ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal .

§ 004 ° - As restrições do § 003 ° aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder ou órgão referidos no art. 020 .

Art. 024 - Nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado , majorado ou estendido sem a indicação da

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

fonte de custeio total , nos termos do § 005 ° do art. 195 da Constituição , atendidas ainda as exigências do art. 017 .

§ 001 ° - É dispensada da compensação referida no art. 017 o aumento de despesa decorrente de :

00I - concessão de benefício a quem satisfaça as condições de habilitação prevista na legislação pertinente ;

0II - expansão quantitativa do atendimento e dos serviços prestados ;

III - reajustamento de valor do benefício ou serviço , a fim de preservar o seu valor real .

§ 002 ° - O disposto neste artigo aplica-se a benefício ou serviço de saúde , previdência e assistência social , inclusive os destinados aos servidores públicos e militares , ativos e inativos , e aos pensionistas .

Art. 025 - Para efeito desta Lei Complementar , entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação , a título de cooperação , auxílio ou assistência financeira , que não decorra de determinação constitucional , legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde .

§ 001 ° - São exigências para a realização de transferência voluntária , além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias :

00I - existência de dotação específica ;

0II - (VETADO) .

III - observância do disposto no inciso 00X do art. 167 da Constituição ;

0IV - comprovação , por parte do beneficiário , de :

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos , empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor , bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde ;

c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária , de operações de crédito , inclusive por antecipação de receita , de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal ;

d) previsão orçamentária de contrapartida .

§ 002 ° - É vedada a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada .

§ 003 ° - Para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes desta Lei Complementar , excetuam-se aquelas relativas a ações de educação , saúde e assistência social .

Art. 026 - A destinação de recursos para , direta ou indiretamente , cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica , atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais .

§ 001 ° - O disposto no caput aplica-se a toda a administração indireta , inclusive fundações públicas e empresas estatais , exceto , no exercício de suas atribuições precípuas , as instituições financeiras e o Banco Central do Brasil .

§ 002 ° - Compreende-se incluída a concessão de empréstimos , financiamentos e refinanciamentos , inclusive as respectivas prorrogações e a composição de dívidas , a concessão de subvenções e a participação em constituição ou aumento de capital .

Art. 027 - Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física , ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto , os encargos financeiros , comissões e despesas congêneres não serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação .

Parágrafo único - Dependem de autorização em lei específica as prorrogações e composições de dívidas decorrentes de operações de crédito , bem como a concessão de empréstimos ou financiamentos em desacordo com o caput , sendo o subsídio correspondente consignado na lei orçamentária .

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

Art. 028 - Salvo mediante lei específica , não poderão ser utilizados recursos públicos , inclusive de operações de crédito , para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional , ainda que mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário .

§ 001 ° - A prevenção de insolvência e outros riscos ficará a cargo de fundos, e outros mecanismos , constituídos pelas instituições do Sistema Financeiro Nacional , na forma da lei .

§ 002 ° - O disposto no caput não proíbe o Banco Central do Brasil de conceder às instituições financeiras operações de redesconto e de empréstimos de prazo inferior a trezentos e sessenta dias .

Art. 029 - Para os efeitos desta Lei Complementar , são adotadas as seguintes definições :

00I - dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade , das obrigações financeiras do ente da Federação , assumidas em virtude de leis , contratos , convênios ou tratados e da realização de operações de crédito , para amortização em prazo superior a doze meses ;

00II - dívida pública mobiliária: dívida pública representada por títulos emitidos pela União , inclusive os do Banco Central do Brasil , Estados e Municípios ;

00III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo , abertura de crédito , emissão e aceite de título , aquisição financiada de bens , recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços , arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas , inclusive com o uso de derivativos financeiros ;

00IV - concessão de garantia: compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada ;

00V - refinanciamento da dívida mobiliária : emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária .

§ 001 ° - Equipara-se a operação de crédito a assunção , o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação , sem prejuízo do cumprimento das exigências dos arts. 015 e 016 .

§ 002 ° - Será incluída na dívida pública consolidada da União a relativa à emissão de títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil .

§ 003 ° - Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento .

§ 004 ° - O refinanciamento do principal da dívida mobiliária não excederá , ao término de cada exercício financeiro , o montante do final do exercício anterior , somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas , acrescido de atualização monetária .

Art. 030 - No prazo de noventa dias após a publicação desta Lei Complementar , o Presidente da República submeterá ao :

00I - Senado Federal : proposta de limites globais para o montante da dívida consolidada da União , Estados e Municípios , cumprindo o que estabelece o inciso 0VI do art. 052 da Constituição , bem como de limites e condições relativos aos incisos VII , VIII e 0IX do mesmo artigo ;

00II - Congresso Nacional : projeto de lei que estabeleça limites para o montante da dívida mobiliária federal a que se refere o inciso XIV do art. 048 da Constituição , acompanhado da demonstração de sua adequação aos limites fixados para a dívida consolidada da União , atendido o disposto no inciso 0I do § 001 ° deste artigo .

§ 001 ° - As propostas referidas nos incisos 00I e 00II do caput e suas alterações conterão :

00I - demonstração de que os limites e condições guardam coerência com as normas estabelecidas nesta Lei Complementar e com os objetivos da política fiscal ;

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

0II - estimativas do impacto da aplicação dos limites a cada uma das três esferas de governo ;

III - razões de eventual proposição de limites diferenciados por esfera de governo ;

0IV - metodologia de apuração dos resultados primário e nominal .

§ 002 ° - As propostas mencionadas nos incisos 00I e 0II do caput também poderão ser apresentadas em termos de dívida líquida , evidenciando a forma e a metodologia de sua apuração .

§ 003 ° - Os limites de que tratam os incisos 00I e 0II do caput serão fixados em percentual da receita corrente líquida para cada esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem , constituindo , para cada um deles , limites máximos .

§ 004 ° - Para fins de verificação do atendimento do limite , a apuração do montante da dívida consolidada será efetuada ao final de cada quadrimestre .

§ 005 ° - No prazo previsto no art. 005 ° , o Presidente da República enviará ao Senado Federal ou ao Congresso Nacional , conforme o caso , proposta de manutenção ou alteração dos limites e condições previstos nos incisos 00I e 0II do caput .

§ 006 ° - Sempre que alterados os fundamentos das propostas de que trata este artigo , em razão de instabilidade econômica ou alterações nas políticas monetária ou cambial , o Presidente da República poderá encaminhar ao Senado Federal ou ao Congresso Nacional solicitação de revisão dos limites .

§ 007 ° - Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada , para fins de aplicação dos limites .

Art. 031 - Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre , deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes , reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro .

§ 001 ° - Enquanto perdurar o excesso , o ente que nele houver incorrido :

00I - estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa , inclusive por antecipação de receita , ressaltado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária ;

0II - obterá resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite , promovendo , entre outras medidas , limitação de empenho , na forma do art. 009 °.

§ 002 ° - Vencido o prazo para retorno da dívida ao limite , e enquanto perdurar o excesso , o ente ficará também impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado .

§ 003 ° - As restrições do § 001 ° aplicam-se imediatamente se o montante da dívida exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo .

§ 004 ° - O Ministério da Fazenda divulgará , mensalmente , a relação dos entes que tenham ultrapassado os limites das dívidas consolidada e mobiliária .

§ 005 ° - As normas deste artigo serão observadas nos casos de descumprimento dos limites da dívida mobiliária e das operações de crédito internas e externas .

Art. 032 - O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação , inclusive das empresas por eles controladas , direta ou indiretamente .

§ 001 ° - O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos , demonstrando a relação custo-benefício , o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições :

00I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação , no texto da lei orçamentária , em créditos adicionais ou lei específica ;

0II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação , exceto no caso de operações por

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

antecipação de receita ;

III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal ;

0IV - autorização específica do Senado Federal , quando se tratar de operação de crédito externo ;

00V - atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição ;

0VI - observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar .

§ 002 ° - As operações relativas à dívida mobiliária federal autorizadas , no texto da lei orçamentária ou de créditos adicionais , serão objeto de processo simplificado que atenda às suas especificidades .

§ 003 ° - Para fins do disposto no inciso 00V do § 001 ° , considerar-se-á , em cada exercício financeiro , o total dos recursos de operações de crédito nele ingressados e o das despesas de capital executadas , observado o seguinte :

00I - não serão computadas nas despesas de capital as realizadas sob a forma de empréstimo ou financiamento a contribuinte , com o intuito de promover incentivo fiscal , tendo por base tributo de competência do ente da Federação , se resultar a adiminuição , direta ou indireta , do ônus deste ;

0II - se o empréstimo ou financiamento a que se refere o inciso I for concedido por instituição financeira controlada pelo ente da Federação , o valor da operação será deduzido das despesas de capital ;

III - (VETADO) .

§ 004 ° - Sem prejuízo das atribuições próprias do Senado Federal e do Banco Central do Brasil , o Ministério da Fazenda efetuará o registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa , garantido o acesso público às informações , que incluirão :

00I - encargos e condições de contratação ;

0II - saldos atualizados e limites relativos às dívidas consolidada e mobiliária , operações de crédito e concessão de garantias .

§ 005 ° - Os contratos de operação de crédito externo não conterão cláusula que importe na compensação automática de débitos e créditos .

Art. 033 - A instituição financeira que contratar operação de crédito com ente da Federação , exceto quando relativa à dívida mobiliária ou à externa , deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos .

§ 001 ° - A operação realizada com infração do disposto nesta Lei Complementar será considerada nula, procedendo-se ao seu cancelamento, mediante a devolução do principal , vedados o pagamento de juros e demais encargos financeiros .

§ 002 ° - Se a devolução não for efetuada no exercício de ingresso dos recursos , será consignada reserva específica na lei orçamentária para o exercício seguinte .

§ 003 ° - Enquanto não efetuado o cancelamento , a amortização , ou constituída a reserva , aplicam-se as sanções previstas nos incisos do § 003 ° do art. 023 .

§ 004 ° - Também se constituirá reserva , no montante equivalente ao excesso , se não atendido o disposto no inciso III do art. 167 da Constituição , consideradas as disposições do § 003 ° do art. 032 .

Art. 034 - O Banco Central do Brasil não emitirá títulos da dívida pública a partir de dois anos após a publicação desta Lei Complementar .

Art. 035 - É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação , diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente , e outro , inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente .

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

§ 001 ° - Excetuam-se da vedação a que se refere o caput as operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação , inclusive suas entidades da administração indireta , que não se destinem a :

00I - financiar , direta ou indiretamente , despesas correntes ;

0II - refinarciar dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente .

§ 002 ° - O disposto no caput não impede Estados e Municípios de comprar títulos da dívida da União como aplicação de suas disponibilidades .

Art. 036 - É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle , na qualidade de beneficiário do empréstimo .

Parágrafo único - O disposto no caput não proíbe instituição financeira controlada de adquirir , no mercado , títulos da dívida pública para atender investimento de seus clientes , ou títulos da dívida de emissão da União para aplicação de recursos próprios .

Art. 037 - Equiparam-se a operações de crédito e estão vedados :

00I - captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido , sem prejuízo do disposto no § 007 ° do art. 150 da Constituição ;

0II - recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha , direta ou indiretamente , a maioria do capital social com direito a voto , salvo lucros e dividendos , na forma da legislação ;

III - assunção direta de compromisso , confissão de dívida ou operação assemelhada , com fornecedor de bens , mercadorias ou serviços , mediante emissão , aceite ou aval de título de crédito , não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes ;

0IV - assunção de obrigação , sem autorização orçamentária , com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços .

Art. 038 - A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as exigências mencionadas no art. 032 e mais as seguintes :

00I - realizar-se-á somente a partir do décimo dia do início do exercício ;

0II - deverá ser liquidada , com juros e outros encargos incidentes , até o dia dez de dezembro de cada ano ;

III - não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação , obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira , ou à que vier a esta substituir ;

0IV - estará proibida :

a) enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada ;

b) no último ano de mandato do Presidente , Governador ou Prefeito Municipal .

§ 001 ° - As operações de que trata este artigo não serão computadas para efeito do que dispõe o inciso III do art. 167 da Constituição , desde que liquidadas no prazo definido no inciso 0II do caput .

§ 002 ° - As operações de crédito por antecipação de receita realizadas por Estados ou Municípios serão efetuadas mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central do Brasil .

§ 003 ° - O Banco Central do Brasil manterá sistema de acompanhamento e controle do saldo do crédito aberto e , no caso de inobservância dos limites , aplicará as sanções cabíveis à instituição credora .

Art. 039 - Nas suas relações com ente da Federação , o Banco Central do Brasil está sujeito às vedações constantes do art. 035 e

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

mais às seguintes :

00I - compra de título da dívida , na data de sua colocação no mercado , ressalvado o disposto no § 002 ° deste artigo ;

0II - permuta , ainda que temporária , por intermédio de instituição financeira ou não , de título da dívida de ente da Federação por título da dívida pública federal , bem como a operação de compra e venda , a termo , daquele título , cujo efeito final seja semelhante à permuta ;

III - concessão de garantia .

§ 001 ° - O disposto no inciso 0II , in fine , não se aplica ao estoque de Letras do Banco Central do Brasil , Série Especial , existente na carteira das instituições financeiras , que pode ser refinanciado mediante novas operações de venda a termo .

§ 002 ° - O Banco Central do Brasil só poderá comprar diretamente títulos emitidos pela União para refinarciar a dívida mobiliária federal que estiver vencendo na sua carteira .

§ 003 ° - A operação mencionada no § 002 ° deverá ser realizada à taxa média e condições alcançadas no dia , em leilão público .

§ 004 ° - É vedado ao Tesouro Nacional adquirir títulos da dívida pública federal existentes na carteira do Banco Central do Brasil , ainda que com cláusula de reversão , salvo para reduzir a dívida mobiliária .

Art. 040 - Os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas , observados o disposto neste artigo , as normas do art. 032 e , no caso da União , também os limites e as condições estabelecidos pelo Senado Federal .

§ 001 ° - A garantia estará condicionada ao oferecimento de contragarantia , em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida , e à adimplência da entidade que a pleitear relativamente a suas obrigações junto ao garantidor e às entidades por este controladas , observado o seguinte :

00I - não será exigida contragarantia de órgãos e entidades do próprio ente ;

0II - a contragarantia exigida pela União a Estado ou Município , ou pelos Estados aos Municípios , poderá consistir na vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas e provenientes de transferências constitucionais , com outorga de poderes ao garantidor para retê-las e empregar o respectivo valor na liquidação da dívida vencida .

§ 002 ° - No caso de operação de crédito junto a organismo financeiro internacional , ou a instituição federal de crédito e fomento para o repasse de recursos externos , a União só prestará garantia a ente que atenda , além do disposto no § 001 ° , as exigências legais para o recebimento de transferências voluntárias .

§ 003 ° - (VETADO) .

§ 004 ° - (VETADO) .

§ 005 ° - É nula a garantia concedida acima dos limites fixados pelo Senado Federal .

§ 006 ° - É vedado às entidades da administração indireta , inclusive suas empresas controladas e subsidiárias , conceder garantia , ainda que com recursos de fundos .

§ 007 ° - O disposto no § 006 ° não se aplica à concessão de garantia por :

00I - empresa controlada a subsidiária ou controlada sua , nem à prestação de contragarantia nas mesmas condições ;

0II - instituição financeira a empresa nacional , nos termos da lei .

§ 008 ° - Excetua-se do disposto neste artigo a garantia prestada :

00I - por instituições financeiras estatais , que se submeterão às normas aplicáveis às instituições financeiras privadas , de acordo com a legislação pertinente ;

0II - pela União , na forma de lei federal , a empresas de natureza financeira por ela controladas , direta e indiretamente , quanto às operações de seguro de crédito à exportação .

§ 009 ° - Quando honrarem dívida de outro ente , em razão de

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

garantia prestada , a União e os Estados poderão condicionar as transferências constitucionais ao ressarcimento daquele pagamento .

§ 010 - O ente da Federação cuja dívida tiver sido honrada pela União ou por Estado , em decorrência de garantia prestada em operação de crédito , terá suspenso o acesso a novos créditos ou financiamentos até a total liquidação da mencionada dívida .

Art. 041 - (VETADO) .

Art. 042 - É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 020 , nos últimos dois quadrimestres do seu mandato , contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele , ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito .

Parágrafo único - Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício .

Art. 043 - As disponibilidades de caixa dos entes da Federação serão depositadas conforme estabelece o § 003 ° do art. 164 da Constituição .

§ 001 ° - As disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social , geral e próprio dos servidores públicos , ainda que vinculadas a fundos específicos a que se referem os arts. 249 e 250 da Constituição , ficarão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado , com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira .

§ 002 ° - É vedada a aplicação das disponibilidades de que trata o § 001 ° em :

00I - títulos da dívida pública estadual e municipal , bem como em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo respectivo ente da Federação ;

00II - empréstimos , de qualquer natureza , aos segurados e ao Poder Público , inclusive a suas empresas controladas .

Art. 044 - É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente , salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social , geral e próprio dos servidores públicos .

Art. 045 - Observado o disposto no § 005 ° do art. 005 ° , a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público , nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias .

Parágrafo único - O Poder Executivo de cada ente encaminhará ao Legislativo , até a data do envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias , relatório com as informações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo , ao qual será dada ampla divulgação .

Art. 046 - É nulo de pleno direito ato de desapropriação de imóvel urbano expedido sem o atendimento do disposto no § 003 ° do art. 182 da Constituição , ou prévio depósito judicial do valor da indenização .

Art. 047 - A empresa controlada que firmar contrato de gestão em que se estabeleçam objetivos e metas de desempenho , na forma da lei , disporá de autonomia gerencial , orçamentária e financeira , sem prejuízo do disposto no inciso 00II do § 005 ° do art. 165 da Constituição .

Parágrafo único - A empresa controlada incluirá em seus balanços trimestrais nota explicativa em que informará :

00I - fornecimento de bens e serviços ao controlador , com respectivos preços e condições , comparando-os com os praticados no

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

mercado ;

0II - recursos recebidos do controlador , a qualquer título, especificando valor , fonte e destinação ;

III - venda de bens , prestação de serviços ou concessão de empréstimos e financiamentos com preços , taxas , prazos ou condições diferentes dos vigentes no mercado .

Art. 048 - São instrumentos de transparência da gestão fiscal , aos quais será dada ampla divulgação , inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos , orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias ; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal ; e as versões simplificadas desses documentos .

Parágrafo único - A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas , durante os processos de elaboração e de discussão dos planos , lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos .

Art. 049 - As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis , durante todo o exercício , no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração , para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade .

Parágrafo único - A prestação de contas da União conterá demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento , incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social , especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e , no caso das agências financeiras , avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício .

Art. 050 - Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública , a escrituração das contas públicas observará as seguintes :

00I - a disponibilidade de caixa constará de registro próprio , de modo que os recursos vinculados a órgão , fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada ;

0II - a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência , apurando-se , em caráter complementar , o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa ;

III - as demonstrações contábeis compreenderão , isolada e conjuntamente , as transações e operações de cada órgão , fundo ou entidade da administração direta , autárquica e fundacional , inclusive empresa estatal dependente ;

0IV - as receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos ;

00V - as operações de crédito , as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros , deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período , detalhando , pelo menos , a natureza e o tipo de credor ;

0VI - a demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos .

§ 001 ° - No caso das demonstrações conjuntas , excluir-se-ão as operações intragovernamentais .

§ 002 ° - A edição de normas gerais para consolidação das contas públicas caberá ao órgão central de contabilidade da União , enquanto não implantado o conselho de que trata o art. 067 .

§ 003 ° - A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária , financeira e patrimonial .

Art. 051 - O Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de junho , a consolidação , nacional e por esfera de governo , das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior , e a

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

sua divulgação , inclusive por meio eletrônico de acesso público .

§ 001 ° - Os Estados e os Municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União nos seguintes prazos :

00I - Municípios , com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado , até trinta de abril ;

00II - Estados , até trinta e um de maio .

§ 002 ° - O descumprimento dos prazos previstos neste artigo impedirá , até que a situação seja regularizada , que o ente da Federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito , exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária .

Art. 052 - O relatório a que se refere o § 003 ° do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público , será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de :

00I - balanço orçamentário , que especificará , por categoria econômica , as :

a) receitas por fonte , informando as realizadas e a realizar , bem como a previsão atualizada ;

b) despesas por grupo de natureza , discriminando a dotação para o exercício , a despesa liquidada e o saldo ;

00II - demonstrativos da execução das :

a) receitas , por categoria econômica e fonte , especificando a previsão inicial , a previsão atualizada para o exercício , a receita realizada no bimestre , a realizada no exercício e a previsão a realizar ;

b) despesas , por categoria econômica e grupo de natureza da despesa , discriminando dotação inicial , dotação para o exercício , despesas empenhada e liquidada , no bimestre e no exercício ;

c) despesas , por função e subfunção .

§ 001 ° - Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida .

§ 002 ° - O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 002 ° do art. 051 .

Art. 053 - Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a :

00I - apuração da receita corrente líquida , na forma definida no inciso 0IV do art. 002 ° , sua evolução , assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício ;

00II - receitas e despesas previdenciárias a que se refere o inciso 0IV do art. 050 ;

00III - resultados nominal e primário ;

00IV - despesas com juros , na forma do inciso 00II do art. 004 ° ;

00V - Restos a Pagar , detalhando , por Poder e órgão referido no art. 20 , os valores inscritos , os pagamentos realizados e o montante a pagar .

§ 001 ° - O relatório referente ao último bimestre do exercício será acompanhado também de demonstrativos :

00I - do atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição , conforme o § 003 ° do art. 032 ;

00II - das projeções atuariais dos regimes de previdência social , geral e próprio dos servidores públicos ;

00III - da variação patrimonial , evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes .

§ 002 ° - Quando for o caso , serão apresentadas justificativas :

00I - da limitação de empenho ;

00II - da frustração de receitas , especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal , adotadas e a adotar , e as ações de fiscalização e cobrança .

Art. 054 - Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 020 Relatório de Gestão Fiscal , assinado pelo :

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

00I - Chefe do Poder Executivo ;

0II - Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente , conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo ;

III - Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente , conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário ;

0IV - Chefe do Ministério Público , da União e dos Estados .

Parágrafo único - O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno , bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 020 .

Art. 055 - O relatório conterá :

00I - comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar , dos seguintes montantes :

a) despesa total com pessoal , distinguindo a com inativos e pensionistas ;

b) dívidas consolidada e mobiliária ;

c) concessão de garantias ;

d) operações de crédito , inclusive por antecipação de receita ;

e) despesas de que trata o inciso 0II do art. 004 ° ;

0II - indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites ;

III - demonstrativos , no último quadrimestre :

a) do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro ;

b) da inscrição em Restos a Pagar , das despesas :

1) liquidadas ;

2) empenhadas e não liquidadas , inscritas por atenderem a uma das condições do inciso 0II do art. 041 ;

3) empenhadas e não liquidadas , inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa ;

4) não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados ;

c) do cumprimento do disposto no inciso 0II e na alínea b do inciso 0IV do art. 038 .

§ 001 ° - O relatório dos titulares dos órgãos mencionados nos incisos 0II , III e 0IV do art. 054 conterá apenas as informações relativas à alínea a do inciso 00I , e os documentos referidos nos incisos 0II e III .

§ 002 ° - O relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder , com amplo acesso ao público , inclusive por meio eletrônico .

§ 003 ° - O descumprimento do prazo a que se refere o § 002 ° sujeita o ente à sanção prevista no § 002 ° do art. 051 .

§ 004 ° - Os relatórios referidos nos arts. 052 e 054 deverão ser elaborados de forma padronizada , segundo modelos que poderão ser atualizados pelo conselho de que trata o art. 067 .

Art. 056 - As contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo incluirão , além das suas próprias , as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público , referidos no art. 020 , as quais receberão parecer prévio , separadamente , do respectivo Tribunal de Contas .

§ 001 ° - As contas do Poder Judiciário serão apresentadas no âmbito :

00I - da União , pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores , consolidando as dos respectivos tribunais ;

0II - dos Estados , pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça , consolidando as dos demais tribunais .

§ 002 ° - O parecer sobre as contas dos Tribunais de Contas será proferido no prazo previsto no art. 057 pela comissão mista permanente referida no § 001 ° do art. 166 da Constituição ou equivalente das Casas Legislativas estaduais e municipais .

§ 003 ° - Será dada ampla divulgação dos resultados da apreciação

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

das contas , julgadas ou tomadas .

Art. 057 - Os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de sessenta dias do recebimento , se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais .

§ 001 ° - No caso de Municípios que não sejam capitais e que tenham menos de duzentos mil habitantes o prazo será de cento e oitenta dias .

§ 002 ° - Os Tribunais de Contas não entrarão em recesso enquanto existirem contas de Poder , ou órgão referido no art. 020 , pendentes de parecer prévio .

Art. 058 - A prestação de contas evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão , destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial , bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições .

Art. 059 - O Poder Legislativo , diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas , e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público , fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar , com ênfase no que se refere a :

00I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias ;

00II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar ;

00III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite , nos termos dos arts. 022 e 023 ;

00IV - providências tomadas , conforme o disposto no art. 031 , para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites ;

00V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos , tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar ;

00VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais , quando houver .

§ 001 ° - Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 020 quando constatarem :

00I - a possibilidade de ocorrência das situações previstas no inciso 00III do art. 004 ° e no art. 009 ° ;

00II - que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 090 % (noventa por cento) do limite ;

00III - que os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima de 090 % (noventa por cento) dos respectivos limites ;

00IV - que os gastos com inativos e pensionistas se encontram acima do limite definido em lei ;

00V - fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária .

§ 002 ° - Compete ainda aos Tribunais de Contas verificar os cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada Poder e órgão referido no art. 020 .

§ 003 ° - O Tribunal de Contas da União acompanhará o cumprimento do disposto nos §§ 002 ° , 003 ° e 004 ° do art. 039 .

Art. 060 - Lei estadual ou municipal poderá fixar limites inferiores àqueles previstos nesta Lei Complementar para as dívidas consolidada e mobiliária , operações de crédito e concessão de garantias .

Art. 061 - Os títulos da dívida pública , desde que devidamente escriturados em sistema centralizado de liquidação e custódia , poderão ser oferecidos em caução para garantia de empréstimos , ou em outras transações previstas em lei , pelo seu valor econômico , conforme definido pelo Ministério da Fazenda .

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

Art. 062 - Os Municípios só contribuirão para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação se houver :

00I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual ;

00II - convênio , acordo , ajuste ou congênere , conforme sua legislação .

Art. 063 - É facultado aos Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar por :

00I - aplicar o disposto no art. 022 e no § 004 ° do art. 030 ao final do semestre ;

00II - divulgar semestralmente :

a) (VETADO)

b) o Relatório de Gestão Fiscal ;

c) os demonstrativos de que trata o art. 053 ;

00III - elaborar o Anexo de Política Fiscal do plano plurianual , o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais da lei de diretrizes orçamentárias e o anexo de que trata o inciso 00I do art. 005 ° a partir do quinto exercício seguinte ao da publicação desta Lei Complementar .

§ 001 ° - A divulgação dos relatórios e demonstrativos deverá ser realizada em até trinta dias após o encerramento do semestre .

§ 002 ° - Se ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada , enquanto perdurar esta situação, o Município ficará sujeito aos mesmos prazos de verificação e de retorno ao limite definidos para os demais entes .

Art. 064 - A União prestará assistência técnica e cooperação financeira aos Municípios para a modernização das respectivas administrações tributária , financeira , patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das normas desta Lei Complementar .

§ 001 ° - A assistência técnica consistirá no treinamento e desenvolvimento de recursos humanos e na transferência de tecnologia , bem como no apoio à divulgação dos instrumentos de que trata o art. 048 em meio eletrônico de amplo acesso público .

§ 002 ° - A cooperação financeira compreenderá a doação de bens e valores , o financiamento por intermédio das instituições financeiras federais e o repasse de recursos oriundos de operações externas .

Art. 065 - Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional , no caso da União , ou pelas Assembléias Legislativas , na hipótese dos Estados e Municípios , enquanto perdurar a situação :

00I - serão suspensas a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas nos arts. 023 , 031 e 070 ;

00II - serão dispensados o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 009 °.

Parágrafo único - Aplica-se o disposto no caput no caso de estado de defesa ou de sítio , decretado na forma da Constituição .

Art. 066 - Os prazos estabelecidos nos arts. 023 , 031 e 070 serão duplicados no caso de crescimento real baixo ou negativo do Produto Interno Bruto (PIB) nacional , regional ou estadual por período igual ou superior a quatro trimestres .

§ 001 ° - Entende-se por baixo crescimento a taxa de variação real acumulada do Produto Interno Bruto inferior a 001 % (um por cento) , no período correspondente aos quatro últimos trimestres .

§ 002 ° - A taxa de variação será aquela apurada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou outro órgão que vier a substituí-la , adotada a mesma metodologia para apuração dos PIB nacional , estadual e regional .

§ 003 ° - Na hipótese do caput , continuarão a ser adotadas as medidas previstas no art. 022 .

§ 004 ° - Na hipótese de se verificarem mudanças drásticas na condução das políticas monetária e cambial , reconhecidas pelo Senado Federal , o prazo referido no caput do art. 031 poderá ser ampliado em

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

até quatro quadrimestres .

Art. 067 - O acompanhamento e a avaliação , de forma permanente , da política e da operacionalidade da gestão fiscal serão realizados por conselho de gestão fiscal , constituído por representantes de todos os Poderes e esferas de Governo , do Ministério Público e de entidades técnicas representativas da sociedade , visando a :

00I - harmonização e coordenação entre os entes da Federação ;

00II - disseminação de práticas que resultem em maior eficiência na alocação e execução do gasto público , na arrecadação de receitas , no controle do endividamento e na transparência da gestão fiscal ;

00III - adoção de normas de consolidação das contas públicas , padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos de gestão fiscal de que trata esta Lei Complementar , normas e padrões mais simples para os pequenos Municípios , bem como outros , necessários ao controle social ;

00IV - divulgação de análises , estudos e diagnósticos .

§ 001 ° - O conselho a que se refere o caput instituirá formas de premiação e reconhecimento público aos titulares de Poder que alcançarem resultados meritórios em suas políticas de desenvolvimento social , conjugados com a prática de uma gestão fiscal pautada pelas normas desta Lei Complementar .

§ 002 ° - Lei disporá sobre a composição e a forma de funcionamento do conselho .

Art. 068 - Na forma do art. 250 da Constituição , é criado o Fundo do Regime Geral de Previdência Social , vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social , com a finalidade de prover recursos para o pagamento dos benefícios do regime geral da previdência social .

§ 001 ° - O Fundo será constituído de :

00I - bens móveis e imóveis , valores e rendas do Instituto Nacional do Seguro Social não utilizados na operacionalização deste ;

00II - bens e direitos que , a qualquer título , lhe sejam adjudicados ou que lhe vierem a ser vinculados por força de lei ;

00III - receita das contribuições sociais para a seguridade social , previstas na alínea a do inciso 00I e no inciso 00II do art. 195 da Constituição ;

00IV - produto da liquidação de bens e ativos de pessoa física ou jurídica em débito com a Previdência Social ;

00V - resultado da aplicação financeira de seus ativos ;

00VI - recursos provenientes do orçamento da União .

§ 002 ° - O Fundo será gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social , na forma da lei .

Art. 069 - O ente da Federação que mantiver ou vier a instituir regime próprio de previdência social para seus servidores conferir-lhe-á caráter contributivo e o organizará com base em normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial .

Art. 070 - O Poder ou órgão referido no art. 020 cuja despesa total com pessoal no exercício anterior ao da publicação desta Lei Complementar estiver acima dos limites estabelecidos nos arts. 019 e 020 deverá enquadrar-se no respectivo limite em até dois exercícios , eliminando o excesso , gradualmente , à razão de , pelo menos , 050 % a.a. (cinquenta por cento ao ano) , mediante a adoção , entre outras , das medidas previstas nos arts. 022 e 023 .

Parágrafo único - A inobservância do disposto no caput , no prazo fixado , sujeita o ente às sanções previstas no § 003 ° do art. 023 .

Art. 071 - Ressalvada a hipótese do inciso 00X do art. 037 da

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

Constituição , até o término do terceiro exercício financeiro seguinte à entrada em vigor desta Lei Complementar , a despesa total com pessoal dos Poderes e órgãos referidos no art. 020 não ultrapassará , em percentual da receita corrente líquida , a despesa verificada no exercício imediatamente anterior , acrescida de até 010 % (dez por cento) , se esta for inferior ao limite definido na forma do art. 020 .

Art. 072 - A despesa com serviços de terceiros dos Poderes e órgãos referidos no art. 020 não poderá exceder , em percentual da receita corrente líquida , a do exercício anterior à entrada em vigor esta Lei Complementar , até o término do terceiro exercício seguinte .

Art. 073 - As infrações dos dispositivos desta Lei Complementar serão punidas segundo o Decreto-Lei no 2848 , de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal); a Lei no 1079 , de 10 de abril de 1950 ; o Decreto-Lei no 201 , de 27 de fevereiro de 1967; a Lei no 8429 , de 02 de junho de 1992; e demais normas da legislação pertinente .

Art. 074 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação .

Art. 075 - Revoga-se a Lei Complementar no 096 , de 31 de maio de 1999 .

Medida Provisória nº 1980 - 18 , de 04 de maio de 2000 , publicada em 05 de maio de 2000 .

Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil , e dá outras providências .

Art. 003 ° - O resultado apurado no balanço anual do Banco Central do Brasil após computadas eventuais constituições ou reversões de reservas será considerado :

(. . .)

0II - se negativo , obrigação da União para com o Banco Central do Brasil , devendo ser objeto de pagamento até o décimo dia útil do exercício subsequente ao da aprovação do balanço pelo Conselho Monetário Nacional .

Art. 004 ° - O balanço do Banco Central do Brasil considerará o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro .

- Medida Provisória reeditada sob o nº 1980 - 21, em 30 de julho de 2000 (aditamento à inicial PG/STF 58852)
- Medida Provisória reeditada sob o nº 1980 - 22, em 29 de agosto de 2000 (aditamento à inicial PG/STF 74129)
- Medida Provisória reeditada sob o nº 1980 - 23, em 28 de setembro de 2000 , art. 003 ° , 0II , art. 004 ° (aditamento à inicial PG/STF 92673)
- Medida Provisória reeditada sob o nº 1980 - 24, em 27 de outubro de 2000 (aditamento à inicial PG/STF 107095)
- Medida Provisória reeditada sob o nº 1980 - 25, em 24 de novembro de 2000 (aditamento à inicial PG/STF 132675)
- Medida Provisória reeditada sob o nº 1980 - 26, em 22 de dezembro de 2000 , art. 003 ° , 0II e 004 ° e Medida Provisória reeditada sob o nº 2101 - 27, em 28 de dezembro de 2000 (aditamento à inicial PG/STF 003974)
- Medida Provisória reeditada sob o nº 2101 - 28, em 27 de janeiro de 2001 (aditamento à inicial PG/STF 014644)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

Fundamentação Constitucional

- Art. 002 °
- Art. 021 , XIII
- Art. 037 , caput
- Art. 037 , XIV
- Art. 040 , § 008 °
- Art. 051 , 0IV
- Art. 052 , VII , XIII , 0XI , VIII , 0IX
- Art. 060 , § 004 ° , 00I , III
- Art. 062
- Art. 065 , parágrafo único
- Art. 070 , 00I e 0II
- Art. 075
- Art. 099
- Art. 099 , § 001 °
- Art. 127 , § 001 ° , § 002 °
- Art. 128 , "d"
- Art. 160 , parágrafo único
- Art. 165 , § 002 °
- Art. 167 , VII , III , §§ 002 ° e 003 °
- Art. 169
- Art. 192 , 0IV
- Art. 194 , § 001 ° , 00I
- Art. 195 , § 001 ° , § 005 °

Resultado da Liminar

Deferida em Parte

Decisão Plenária da Liminar

O Tribunal , por unanimidade , rejeitou a arguição de inconstitucionalidade formal da lei, em sua totalidade , ao argumento de que o projeto deveria ter voltado à Câmara dos Deputados em razão de o Senado ter alterado certos dispositivos da lei . Votou o Presidente . Prosseguindo no julgamento , o Tribunal , por maioria , vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio , rejeitou a arguição de inconstitucionalidade formal da lei , em sua totalidade , ao argumento de que o projeto teria que ter disciplinado por inteiro o artigo 163 da Constituição Federal. Votou o Presidente. Em seguida, após os votos dos Senhores Ministros Ilmar Galvão (Relator), Marco Aurélio , Sepúlveda Pertence, Octavio Gallotti e o Presidente (Ministro Carlos Velloso), deferindo a medida cautelar de suspensão dos efeitos do artigo 020 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 , e dos votos dos Senhores Ministros Nelson Jobim , Celso de Mello , Sydney Sanches e Moreira Alves , que indeferiam a medida cautelar , o julgamento foi suspenso a fim de aguardar os votos dos Senhores Ministros Maurício Corrêa e Néri da Silveira , ausentes justificadamente .

- Plenário , 28.09.2000 .

Prosseguindo no julgamento, o Tribunal, por maioria, vencidos os Senhores Ministros Ilmar Galvão (Relator), Sepúlveda Pertence, Octavio Gallotti, Néri da Silveira e o Presidente (Ministro Carlos Velloso), indeferiu a medida cautelar de suspensão dos efeitos do artigo 020 da Lei Complementar nº 101 , de 04 de maio de 2000 . Retificou o voto proferido anteriormente o Senhor Ministro Marco Aurélio. Em seguida, o julgamento foi adiado por indicação do Relator .

- Plenário , 11.10.2000 .

Prosseguindo no julgamento , o Tribunal , por unanimidade , indeferiu o pedido de suspensão cautelar do inciso 0II do § 002 ° do artigo 004 ° ; do § 004 ° do artigo 004 ° ; do artigo 007 ° , caput ; do § 001 ° do artigo 007 ° e do § 005 ° do artigo 009 ° , todos da Lei Complementar nº 101 , de 04 de maio de 2000 . Ainda por

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

unanimidade , não conheceu da ação no que toca aos § § 002º e 003º do artigo 007 ° . E , também por unanimidade, deferiu o pedido de medida cautelar para suspender a eficácia do § 003 ° do artigo 009 ° da mesma lei complementar . Votou o Presidente . Em seguida , o julgamento foi adiado por indicação do Senhor Ministro-Relator .

- Plenário , 22.02.2001 .

Apresentado o feito em mesa , o julgamento foi adiado para prosseguimento com o quorum completo. Ausentes , justificadamente , a Senhora Ministra Ellen Gracie, e, neste julgamento, o Senhor Ministro Marco Aurélio (Presidente). Presidência do Senhor Ministro Ilmar Galvão (Vice-Presidente) .

- Plenário , 20.06.2001 .

O Tribunal, preliminarmente, por maioria, deixou de referendar a admissibilidade, no processo, da Associação Paulista dos Magistrados, vencidos os Senhores Ministros Ilmar Galvão, Relator, Carlos Velloso e Sepúlveda Pertence. E, por unanimidade, indeferiu a liminar, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, relativamente ao artigo 9º, § 5º; ao artigo 11, parágrafo único; ao artigo 15; ao artigo 17 e § §; ao § 1º do artigo 18; à expressão "atendidas ainda as exigências do art. 17", contida na cabeça do artigo 24; ao § 1º do artigo 26; ao § 2º do artigo 28; ao § 1º do artigo 29 e à cabeça do artigo 39. Por unanimidade, o Tribunal deferiu a medida acauteladora para suspender a eficácia do § 2º do artigo 12, e, no § 1º do artigo 23, da expressão "quanto pela redução dos valores a eles atribuídos", e, integralmente, a eficácia do § 2º do referido artigo. E, por unanimidade, julgou prejudicado o pedido quanto ao artigo 30, inciso I. Votaram o Presidente, o Senhor Ministro Marco Aurélio, e a Senhora Ministra Ellen Gracie. Em seguida, o julgamento foi suspenso, projetando para posterior exame, o pedido de concessão de liminar relativamente ao artigo 14, inciso II, e ao artigo 21, inciso II. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Nelson Jobim e Celso de Mello.

- Plenário , 09.05.2002 .

O Tribunal, por unanimidade, indeferiu a liminar, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, quanto ao § 002º do artigo 029; ao § 001º do artigo 059; ao artigo 060 e ao artigo 068, cabeça. E, por maioria, indeferiu a liminar no tocante ao inciso 0II do artigo 14, vencidos os Senhores Ministros Ilmar Galvão, Relator, e Sepúlveda Pertence. Por unanimidade, o Tribunal conferiu interpretação conforme a Constituição Federal ao inciso 0II do artigo 021, para que se entenda como limite legal o previsto em lei complementar, e, quanto ao artigo 72, para que se entenda como serviços de terceiros os serviços permanentes. Votou o Presidente. Relativamente aos artigos 056 e 057, após o voto do Relator, indeferindo a liminar, pediu vista o Senhor Ministro Sepúlveda Pertence. O Tribunal deliberou retificar a papeleta de julgamento para assentar que o indeferimento da liminar, quanto ao artigo 039, apanha a cabeça do artigo, incisos e parágrafos, e, quanto ao artigo 029, o indeferimento diz respeito ao inciso I. Declarou, ainda, prejudicada a ação direta de inconstitucionalidade relativamente ao pedido de concessão de liminar para suspender a eficácia do inciso I do artigo 003º e do artigo 004º da Medida Provisória nº 1980-18, de 04 de maio de 2000. Votou o Presidente, o Senhor Ministro Marco Aurélio. Impedido o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

- Plenário , 12.02.2003.

/#

O Tribunal, por unanimidade, indeferiu a medida cautelar relativamente ao artigo 56, caput, e, por maioria, deferiu a cautelar quanto ao artigo 57, ambos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, vencido o Senhor Ministro Ilmar Galvão (Relator), que a indeferia. Votou a Presidente, Ministra Ellen Gracie. Impedido o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Lavrará o acórdão o sucessor do Ministro Ilmar Galvão, o Senhor Ministro Carlos Britto, que não participou da votação. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Eros Grau.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

- Plenário, 08.08.2007.

/#

Fica retificada a decisão proclamada na assentada anterior para constar que, quanto ao artigo 56, caput, da Lei Complementar nº 101/2000, o Tribunal, à unanimidade, deferiu a cautelar, nos termos do voto do Relator. Ausente, nesta assentada, o Senhor Ministro Eros Grau. Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie.

- Plenário, 09.08.2007.

- Acórdão, 12.09.2008.

/#

Data de Julgamento Plenário da Liminar

Plenário

Data de Publicação da Liminar

Acórdão, 12.09.2008.

Resultado Final

Aguardando Julgamento

Decisão Final

O Tribunal, inicialmente, resolveu questão de ordem suscitada pelo Presidente. Em seguida, após a leitura do relatório e a realização das sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo requerente Partido Comunista do Brasil - PC DO B, o Dr. Paulo Machado Guimarães; pelo requerente Partido dos Trabalhadores - PT, o Dr. Eugênio José Guilherme de Aragão; pelo amicus curiae Associação Paulista dos Magistrados - APAMAGIS, o Dr. Alberto Pavie Ribeiro; pelo amicus curiae Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, o Dr. Fabiano Dallazen, Procurador-Geral de Justiça do Estado; pelo amicus curiae Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal - CONDSEF, o Dr. José Luis Wagner; pelos interessados Presidente da República e Congresso Nacional, a Dra. Izabel Vinchon Nogueira de Andrade, Advogada da União; e, pela Procuradoria-Geral da República, a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge, Procuradora-Geral da República. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidência do Ministro Dias Toffoli.

- Plenário, 27.2.2019.